

UMA AVALIAÇÃO SOBRE O USO DO CRÉDITO RURAL EM RIO CLARO (SP) NO PERÍODO 1940/1983 E SUAS IMPLICAÇÕES NA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO

*Lígia Celoria Poltronieri**

RESUMO

Com base em 293 entrevistas realizadas em estabelecimentos agrícolas do município no ano de 1983 constatou-se que o crédito rural contribuiu para o desenvolvimento da atividade agrícola. O percentual de usuários destes recursos foi elevado notando-se predomínio de proprietários rurais com idade entre 40 e 70 anos, a maioria com escolaridade mínima, sem instrução formal ou apenas sabendo ler e escrever e com atividade econômica principal no setor primário. Estes elementos não foram restritivos ao acesso ao crédito rural em nenhum dos estratos de área e a injeção de capital próprio ou de financiamento, provocou grandes transformações no setor agrícola do município. Dentre estas destacam-se: 1. melhoria das técnicas de plantio, mecanização e aumento de produtividade; 2. implantação de infra-estrutura para criação de gado leiteiro, aumento de plantel e de produtividade; 3. eletrificação rural; 4. implantação de infra-estrutura de granja; 5. formação de lavouras, de pastos e melhoria da qualidade dos pastos e do gado; 6. modificação de pecuária leiteira para cultivos temporários ou permanentes. Este processo de mudança não contribuiu para a melhoria das condições de vida do agricultor uma vez que grande parte necessita assalariar-se em outros estabelecimentos para complementação de renda; isto demonstra que o agricultor não tem acumulado capital e que a contribuição do processo de modernização para elevar seu padrão de vida tem sido nula.

PALAVRAS-CHAVE: Crédito rural, Modernização da agricultura, Transformações da paisagem rural.

AN EVALUATION ABOUT THE USE OF THE RURAL CRÉDIT IN RIO CLARO (SP) – 1940/1983 – IMPLICATIONS IN THE MODERNIZATION OF AGRICULTURE

ABSTRACT

The use of the rural crédit contributed to the development of the agricultural activity and the proper capital or the financing provoked large transformations in this sector. The process of modernization, however, Did not contribute to improve his life standard since he doesn't have acumulation of capital.

KEY-WORDS: Rural crédit, Agricultural modernization, Transformation of the rural paysage.

Os dados obtidos com a realização de 293 entrevistas em estabelecimentos agrícolas do município componentes de amostra probabilística estratificada no ano de 1983, demonstraram que o crédito rural tem contribuído para o desenvolvimento da

* Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Geografia IGCE – UNESP – Campus de Rio Claro (SP).

atividade agrícola não só por aqueles que possuem recursos para investir na agricultura, mas, também por agricultores desprovidos destes meios e que, no conjunto da amostra representavam número significativo.

A pesquisa revelou que no período 1940/1982, um grande número de agricultores desprovidos de recursos próprios recorreu aos financiamentos bancários:

- 85% dos proprietários de pequenos estabelecimentos;
- 74% dos proprietários de médios estabelecimentos;
- 28% dos proprietários de grandes estabelecimentos.

Estes, em conjunto, correspondiam a 75% do total de usuários do crédito rural da amostra no período considerado.

No ano de 1983, os dados se apresentaram do seguinte modo quanto aos agricultores desprovidos de recursos próprios:

- 83% dos proprietários de pequenos estabelecimentos;
- 67% dos proprietários de médios estabelecimentos;
- Nenhum dos proprietários dos grandes estabelecimentos sendo que no

conjunto, estes agricultores correspondiam a 67,9% do total de usuários do crédito rural no ano de 1983.

Estes dados permitem inferir que, na realidade, um número cada vez maior de tomadores de crédito não faria jus à concessão de financiamentos para desenvolver a atividade agrícola em Rio Claro, se fossem seguidas as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

No conjunto da amostra, o percentual de usuários do crédito no período foi elevado: 30,37% dos pequenos proprietários, 25,59% dos médios e 2,04% dos grandes.

No estrato de menor área (0,1 — 20,2 ha), o maior percentual é de não usuários do crédito rural em qualquer época do período, mas o percentual de usuários não foi desprezível (41,60%). Destes, apenas 1,34% começaram a utilizar os recursos do crédito subsidiado em 1983; portanto, a maioria é composta por agricultores que já usaram o crédito anteriormente e, destes, alguns estavam utilizando estes recursos também no ano de 1983 (mais de 30%).

No estrato de área intermediária (20,2 — 242,4 ha), o percentual de não usuários no período 1940/1983 foi bem menor (24,18%) e a proporção de agricultores que começaram a se utilizar destes recursos em 1983 foi também muito pequena (3,00%). Nota-se, portanto, o predomínio de agricultores que fizeram uso do crédito em períodos anteriores a 1983 e daqueles que o estavam utilizando naquele ano: 72,92% do total de agricultores do estrato intermediário.

No estrato de maior área (313,3 — 6.017,7 ha), ocorre o mesmo fato, com a diferença de que não houve proprietários, cujo início de utilização tivesse ocorrido em 1983; todos os usuários dos recursos bancários usaram este expediente em períodos anteriores a 1983 e continuavam a utilizá-lo no referido ano.

Quanto à caracterização qualitativa do perfil dos tomadores de crédito a análise da amostra durante o período 1940/1983 revelou aspectos importantes quanto à idade, atividade profissional e nível de escolaridade.

Com relação à idade, observou-se não haver diferenças nos três estratos de área; os valores variaram de 34 a 76 anos, com nítido predomínio de proprietários rurais com idade entre 40 e 70 anos, os quais corresponderam a 83,8% dos pequenos proprietários, 79,2% dos médios e 57,1% dos grandes. Isto significa que são os agricultores adultos jovens e adultos os que efetuam com maior frequência, os contratos de financiamentos bancários, devido, sobretudo, ao desenvolvimento da atividade agrícola de forma mais sólida e estável.

No que se refere aos setores de atividade econômica, nos quais os tomadores de crédito rural desenvolvem sua atividade principal, observou-se que:

a) a grande maioria desempenha sua atividade principal no setor primário, isto é, são realmente lavradores, agricultores ou pecuaristas, correspondendo a 58% dos proprietários de estabelecimentos de menor área e 77% dos proprietários de estabelecimentos de área média;

b) tanto nos pequenos como nos médios estabelecimentos, é expressivo o número de proprietários tomadores de crédito rural que, ao lado da atividade agrícola, exercem atividades econômicas no setor terciário, como comerciantes, professores, agrônomos, engenheiros, representantes comerciais, técnicos, contadores, médicos, dentre outros, correspondendo, respectivamente, a 27,4% e 15,8% do total de cada um destes estratos de área. Pequena parcela está engajada no setor secundário, como empresários industriais: 3,2% no estrato de menor área e 2,9% no estrato de área média;

c) no estrato de maior área, 71,5% dos proprietários desenvolvem sua atividade principal no setor secundário como usineiros, e 28,5% no setor terciário como médicos;

d) na classe dos não economicamente ativos foram enquadrados os aposentados e pensionistas do FUNRURAL e do INPS, os quais correspondem a 11,2% dos tomadores de crédito do estrato de menor área e 3,9% daqueles do estrato de área intermediária.

O grau de escolaridade dos tomadores de crédito parece o mais importante destes aspectos porque tem muito que ver com toda a documentação exigida para fins de financiamento bancário. SOARES (1976) encara este aspecto como fator de exclusão dos agricultores do processo creditício, afirmando que "Em 1970, no Brasil, 58,5% da população economicamente ativa no setor primário não tinham qualquer instrução; outros 21,6% tinham dois anos ou menos de escola primária. Esses trabalhadores estão praticamente excluídos do processo creditício; juntamente com os analfabetos, eles representam 80% dos trabalhadores rurais". Preferimos não tratar o problema de forma tão taxativa, pois os dados obtidos entre os usuários do crédito da amostra demonstram que a grande maioria dos tomadores de crédito de Rio Claro é composta por indivíduos que possuem escolaridade mínima, isto é, até o 4.º ano da escola primária, não possuem instrução formal ou apenas sabem ler e escrever. Pequena parcela possui grau de escolaridade mais elevado como ginásio ou colegial completos e curso universitário.

Resumidamente, por estratos de área, o perfil educacional dos tomadores de crédito da amostra está assim desenhado:

— estrato de menor área		
sem instrução formal	—	4.80%
sabem ler e escrever	—	3.20%
até o 4.º ano primário	—	62.90%
subtotal	—	70.90%
ginásio e colegial completos	—	14.50%
universitário (completo e incompleto)	—	14.50%
total	—	100.00%
— estrato de área média		
sem instrução formal	—	9.90%
sabem ler e escrever	—	0.99%
até o 4.º ano primário	—	67.33%
subtotal	—	78.22%

ginásio e colegial (incompleto e completo)	—	15.84%
universitário (completo e incompleto)	—	4.95%
sem declaração	—	0.99%
total	—	100.00%
— estrato de maior área		
até o 4.º ano primário	—	57.14%
colegial completo	—	14.28%
universitário completo	—	28.57%
total	—	100.00%

Observa-se que, embora 70.90% dos tomadores de crédito enquadrados no estrato de menor área e 78.22% daqueles enquadrados no estrato intermediário não possuam instrução formal, apenas saibam ler e escrever ou tenham cursado apenas um, dois, três ou os quatro anos da escola primária, este fato não funcionou com barreira e de nenhum modo os excluiu do processo creditício. Isto se comprovou também no estrato de maior área, onde 57.14% dos tomadores possuem apenas a escolaridade primária.

Os níveis mais elevados de escolaridade, do ginásio até o universitário, foram mais comuns entre os proprietários de estabelecimentos de maior e de menor área em detrimento daqueles proprietários dos estabelecimentos de área média. Este fato pode ser explicado, considerando-se não só o setor da economia no qual estes últimos desenvolvem sua atividade principal, basicamente o setor primário, mas também o seu local de residência: quase 50% deles residem efetivamente nas propriedades, tendo tido poucas chances de freqüentar escolas. No estrato de menor área, apenas 17.7% dos proprietários tomadores de crédito e nenhum daqueles do estrato de maior área residem na propriedade, justificando os maiores níveis de escolaridade pelas maiores oportunidades de estudo de que dispuseram, enquanto moradores da cidade.

A análise dos dados obtidos na pesquisa permitiu chegar a algumas conclusões quanto ao uso dos recursos do crédito rural em Rio Claro (SP):

- 1) tanto proprietários de pequenas como de médias e grandes áreas da amostra utilizaram os recursos do crédito rural;
- 2) esta utilização teve implicações na introdução de elementos modernos, principalmente mecanização e adubação química e, secundariamente, emprego de praguicidas vegetais e animais e cultivo com sementes e mudas selecionadas, tanto nos pequenos como nos médios estabelecimentos da amostra;
- 3) conseqüentemente, houve injeção de capitais no setor agrícola do município de Rio Claro, além daqueles próprios dos agricultores, representados pelos recursos advindos de financiamentos bancários no período 1940/1983;
- 4) a idade, o exercício de outra atividade profissional, além da desenvolvida no setor agrícola, e tampouco o grau de escolaridade dos tomadores de crédito da amostra são elementos que não tiveram qualquer ação restritiva ao acesso ao crédito rural em nenhum dos estratos de área.

A injeção de capital, próprio ou proveniente de financiamentos, provocou, evidentemente, transformações no setor agrícola do município, transformações estas que foram percebidas pelos agricultores em maior ou menor grau dependendo de suas peculiaridades individuais. Não há possibilidade de quantificá-las; por isto, as transfor-

mações são qualitativas e decorrentes da forma como o agricultor percebeu alguma modificação em sua atividade depois da utilização do crédito rural. Estas transformações foram apenas detectadas, tentando-se relacioná-las com benefícios que possam ter trazido aos proprietários rurais.

A questão relativa às mudanças ocorridas foi formulada apenas para os agricultores que utilizaram o crédito rural em alguma época ou o estavam utilizando no ano de 1983; estes, totalizaram 171 e correspondem a 58,36% do total da amostra, tendo representantes dos três estratos de área.

No conjunto, observou-se que aproximadamente 20% dos agricultores usuários do crédito rural responderam que não houve mudanças no desenvolvimento de sua atividade, 'continuou tudo do mesmo jeito'. Pouco mais de 20% preferiram não se posicionar a respeito. Os restantes, que correspondem a 57,89% do total de usuários, admitiram que a utilização do crédito rural foi o fator que provocou mudanças, para melhor, no desenvolvimento da atividade agrícola.

Os representantes do estrato de maior área não declararam se houve ou não modificação ou disseram apenas que houve mudança, sem maiores esclarecimentos, por isto, a análise refere-se apenas aos estabelecimentos de menor área e de área média. Estes são justamente os que mais nos interessam, pois nos grandes estabelecimentos, a implantação de insumos modernos independe da aplicação de recursos do crédito rural; seus proprietários se utilizavam deste expediente apenas pela taxa de juros ser inferior a outras do mercado financeiro.

A grande maioria dos usuários do crédito rural no período 1940/1983 apresentou justificativas de mudanças relativas à **melhoria de técnicas de plantio, mecanização da atividade agrícola e aumento de produtividade**. Portanto, para mais de 65% dos agricultores, para os quais a utilização do crédito rural foi o fator responsável por transformações em sua atividade, estas mudanças se traduziram em plantio com melhores técnicas, conseqüente aumento de produtividade, além da possibilidade de aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

A segunda transformação citada pelos agricultores, em ordem de importância, devido ao número de envolvidos, foi **implantação de infra-estrutura para criação de gado leiteiro, aumento de plantel e de produtividade**.

Em terceiro lugar, foi apontada a **eletrificação rural**; muitos agricultores tiveram acesso à eletrificação rural através da própria CESP, porém pelo menos 5 agricultores da amostra levaram energia elétrica até os seus sítios com recursos do crédito rural, valorizando a propriedade e provocando uma série de mudanças.

Implantação de infra-estrutura de granja foi outra transformação apontada, significando que dos 11 estabelecimentos da amostra que se dedicam à avicultura no município de Rio Claro, excluindo uma empresa ligada a uma multinacional, 4 granjas foram implantadas graças aos recursos liberados pelo crédito rural em diferentes épocas.

Principalmente nos estabelecimentos médios, ocorreram, também, mudanças relativas à **formação de lavouras temporárias ou permanentes, formação de pastos e melhoria da qualidade dos pastos e do gado**.

E, finalmente foi citada a **modificação de atividade: de pecuária leiteira para cultivos temporários ou permanentes**, mudança com menor significado, que ocorreu com agricultores, cuja atividade principal — criação de gado leiteiro — se modificou para o cultivo de arroz, feijão e milho, e principalmente a cana-de-açúcar.

Mas qual foi a contribuição de todo este processo de mudança, que os proprietários vivenciaram, para a elevação de seu padrão de vida, principalmente no que se refere aos proprietários residentes nos estabelecimentos, em bairros rurais ou distritos?

O que se pode notar nos trabalhos de campo, com relação à habitação, serviços e escolaridade, é que os agricultores que efetivamente moram nas propriedades possuem moradias com relativo conforto, a maioria com luz elétrica, e alguns possuem até carro de passeio, quase sempre de modelo recente. Nas áreas mais afastadas do centro, existem escolas rurais, como é o caso, por exemplo, dos estabelecimentos desmembrados da antiga Fazenda Angélica, a nordeste do município, e de outros bairros rurais.

Entretanto, o fato de residir na propriedade, bairros rurais ou distritos, não é a regra; são poucos os agricultores residentes, apenas 34,01% do total, e além disso, pouco mais da metade da amostra é composta por aqueles, cuja atividade principal é a agricultura (50.85%). Deste modo, a situação descrita pode ser encarada como exceção.

O nível de informação e escolaridade é, de modo geral, muito baixo; 6.52% não possuem instrução formal, 2.47% apenas sabem ler e escrever, e 62.88% cursaram até o 4.º ano primário.

Se a modernização e conseqüentes transformações na organização agrícola estivessem contribuindo para a melhoria das condições de vida do agricultor, após tantos anos de utilização do crédito rural para a aquisição dos insumos, não seria ainda tão elevada a proporção de proprietários rurais que têm necessidade de se assalariar em outros estabelecimentos, em determinadas épocas do ano, executando trabalhos por empreitada: 55.55% dos pequenos proprietários e 40% dos médios, justamente a classe que apresentou maior percentual de proprietários residentes.

Nessas condições, é possível entender porque a atividade agrícola em Rio Claro vem sendo desenvolvida como da forma descrita: o agricultor é impelido a utilizar os chamados insumos modernos, principalmente os biológicos; pela falta de recursos para adquirir tais insumos, recorre aos financiamentos bancários. Compra adubos químicos, praguicidas, sementes selecionadas e, sem procurar assistência técnica, vai "jogando" estes produtos na terra e obtendo sua produção. Vende a safra, paga o banco e, na hora de plantar, novamente recorre ao financiamento, significando que não houve acúmulo de capital. Logo, a contribuição para elevar seu padrão de vida está sendo nula.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, P. F. C. de e MEYER, R.L. — Política de Crédito Agrícola no Brasil: objetivos e resultados. **Ensaio sobre Política Agrícola Brasileira**. Secretaria da Agricultura. São Paulo, 1979, pp. 137-162.
- ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de — Fatores associados ao uso de crédito na agricultura. **Agricultura em São Paulo**, ano XXVII, Tomo II, 1980, pp. 81-113.
- CAMPOS, Antonio Guedes Batista — O crédito rural oficial em São Paulo no período 1958/1962. **Agricultura em São Paulo**, ano X, N.º 7-12, julho a dezembro de 1963.
- COELHO, Cláudio Meira — Aspectos do crédito rural em São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, ano VII, n.º 8, agosto de 1960, pp. 27-32.
- COELHO, Cláudio Meira — Aspectos do crédito rural em São Paulo — II. **Agricultura em São Paulo**, ano VII, n.º 11, novembro de 1960, pp. 29-40.
- FUNDAÇÃO IBGE — **Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás**. Fundação IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária, Rio de Janeiro, 1982, pp. 77-135.

- MESQUITA, O. V.; GUSMÃO, R. P. e SILVA, S. T. — A modernização da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 39, n.º 4, Rio de Janeiro, 1977, pp. 3-65.
- MORENO, Fernando — **O crédito rural e os fatores que afetam e limitam o seu uso**. Ministério da Agricultura. Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1971, 55 páginas.
- OLIVEIRA, João do Carmo e MONTEZANO, Roberto Marcos da Silva — Os limites das fontes de financiamento à agricultura no Brasil. **Estudos Econômicos**, vol. 12, n.º 2, agosto, IPE-USP, São Paulo, 1982, pp. 139-159.
- RASK, N.; MEYER, R. L. e PÉRES, F. C. — Crédito agrícola e subsídios à produção como instrumentos para o desenvolvimento da agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 28, n.º 1, janeiro/março, 1974, pp. 151-171.
- SAYAD, João — **Crédito Rural no Brasil. Avaliação das Críticas e das Propostas de Reforma**. Livraria Pioneira Editora. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1984, 125 páginas.
- SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO — **Contribuição ao estudo do crédito rural no Estado de São Paulo**. Coordenadoria de Ação Regional — Governo do Estado de São Paulo (sem data), 89 páginas.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon — **A Questão Agrária na América Latina**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1976, pp. 115-146.